

NOTA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

N.º 7 • Abril 2015

Banco de Portugal divulga estatísticas das contas financeiras das administrações públicas e da dívida pública

Na edição de abril de 2015 do Boletim Estatístico são divulgadas as contas financeiras das administrações públicas e a dívida pública¹ para 2014. São também divulgados os valores da dívida pública relativos a fevereiro de 2015.

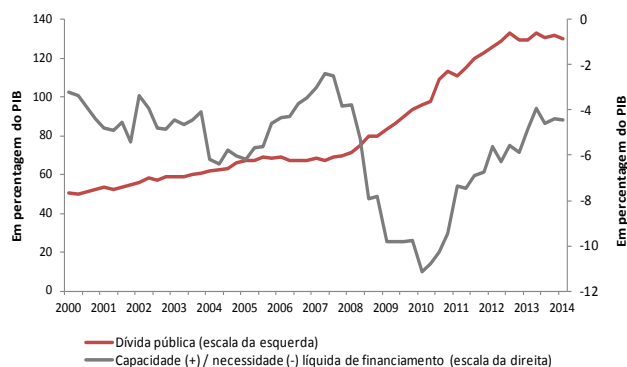
Principais destaques

No final de 2014, a dívida pública na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos² atingiu 225.3 mil milhões de euros (130.2 por cento do PIB), após se ter situado em 219.6 mil milhões de euros (129.7 por cento do PIB) no final de 2013 (Gráfico 1).

A dívida líquida de depósitos da administração central situou-se em 208.1 mil milhões de euros (120.3 por cento do PIB), o que compara com 201.7 mil milhões de euros (119.1 por cento do PIB) em 2013.

Gráfico 1

Dívida pública e défice das administrações públicas em % do PIB



Em fevereiro de 2015, a dívida pública atingiu 234.6 mil milhões de euros. O aumento de 9.3 mil milhões de

euros face ao final do ano anterior reflete, sobretudo, emissões líquidas de títulos e de certificados de Aforro e do Tesouro. Refira-se que o incremento da dívida pública foi mais do que compensado pelo aumento de depósitos da administração central (9.4 mil milhões de euros), tendo a dívida líquida ficado em 208.0 mil milhões de euros.

Em 2014, o défice das administrações públicas situou-se em 7.7 mil milhões de euros (4.5 por cento do PIB), o que compara com um valor de 8.2 mil milhões de euros (4.8 por cento do PIB) em 2013. O défice das administrações públicas continua a evidenciar o movimento de redução iniciado após 2010. O resultado obtido em 2014 reflete, sobretudo, o aumento da receita fiscal, (nomeadamente em impostos indiretos), mantendo-se a despesa relativamente estável, no nível de 2013. O défice foi financiado, sobretudo, pelo aumento dos passivos (5.0 mil milhões de euros) e pela redução de ativos financeiros (2.7 mil milhões de euros).

¹ A informação sobre as contas financeiras trimestrais das administrações públicas está disponível no Capítulo F do Boletim Estatístico do Banco de Portugal e no BPstat | Estatísticas online. A informação sobre a dívida pública é disponibilizada no BPstat | Estatísticas online.

² O Eurostat pretende rever a redação atual do Manual do Déficit e da Dívida das Administrações Públicas, de modo a clarificar e garantir a aplicação harmonizada pelos diversos Estados-membros, da definição do valor facial do instrumento numerário e depósitos, no sentido de que deve ser incluída a capitalização acumulada dos respetivos juros no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas. Essa clarificação será efetuada num fórum de discussão permanente, existente no Sistema Estatístico Europeu, que aborda assuntos metodológicos relevantes para a compilação do déficit e da dívida, levando à revisão da dívida das administrações públicas nos casos em que se aplique. No caso de Portugal estão em causa os juros capitalizados de Certificados de Aforro, cujo valor tem sido sempre reportado na notificação do Procedimento dos Défices Excessivos e que presentemente não estão incluídos no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas.

Em 2014, o ajustamento défice-dívida, que corresponde à diferença entre a variação da dívida (+5.6 mil milhões de euros) e o défice (7.7 mil milhões de euros), correspondeu a -2.1 mil milhões de euros. Este valor reflete sobretudo a redução de ativos financeiros, onde se destaca a redução da carteira das administrações públicas em títulos de dívida, em cerca de 4.7 mil milhões de euros.

Análise dos valores publicados para 2014

Dívida pública: 130.2 por cento do PIB

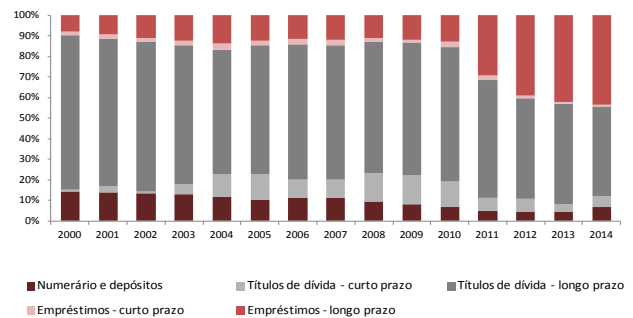
No final de 2014, a dívida das administrações públicas ascendeu a 225.3 mil milhões de euros (130.2 por cento do PIB), o que representa um aumento face aos 129.7 por cento registados no final de 2013.

Esta evolução é explicada sobretudo pela variação de empréstimos em 4.9 mil milhões de euros, destacando-se os empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, iniciado no segundo trimestre de 2011. Portugal recebeu as últimas tranches em 2014, num total de 5.2 mil milhões de euros. Registou-se também, ao longo do ano, emissões de certificados de Aforro e do Tesouro que se refletiram num aumento de 4.4 mil milhões de euros em numerário e depósitos. Em sentido contrário, a dívida titulada registou uma redução de 3.7 mil milhões de euros, com uma diminuição de títulos de dívida de longo prazo de 8.9 mil milhões de euros, compensada por um aumento de títulos de curto prazo (5.3 mil milhões de euros).

Assim, relativamente à composição da dívida das administrações públicas por instrumento financeiro (Gráfico 2), registou-se, em 2014, um incremento do peso dos empréstimos e do numerário e depósitos no total da dívida e, em contrapartida, uma redução do financiamento por títulos. No final de 2014, o peso dos empréstimos no total da dívida era de 44.2 por cento (43.1 por cento em 2013). O numerário e depósitos, essencialmente composto por certificados de Aforro e do Tesouro, correspondia a 6.6 por cento do total da dívida de 2014 (4.8 por cento em 2013). O peso da dívida titulada no total da dívida reduziu-se para 49.2 por cento no final de 2014 (52.1 por cento em 2013).

Gráfico 2

Peso da dívida por instrumento



A evolução da dívida da administração regional e local é apresentada nos Gráficos 3 e 4. O total da dívida das duas regiões autónomas passou de 0.7 mil milhões de euros no final de 2000 (0.5 por cento do PIB) para 5.9 mil milhões de euros no final de 2014 (3.4 por cento do PIB), devido, principalmente, à evolução registada pela Região Autónoma da Madeira. Em 2014, a dívida da administração regional aumentou 0.3 mil milhões de euros em relação a 2013.

A dívida da administração local apresentou igualmente uma tendência de crescimento, tendo passado de 2.0 mil milhões de euros no final de 2000 (1.6 por cento do PIB) para 5.1 mil milhões de euros no final de 2014 (2.9 por cento do PIB). Em 2014, verificou-se a uma redução de 0.1 mil milhões de euros da dívida deste subsector face ao valor registado no final de 2013.

Gráfico 3

Dívida da administração regional

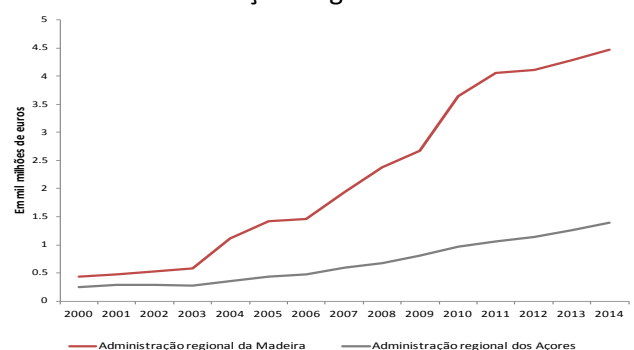
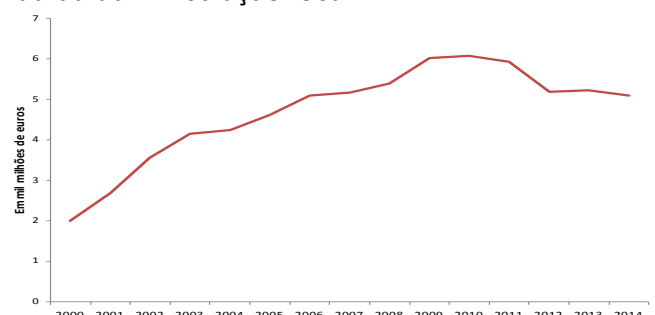


Gráfico 4

Dívida da administração local

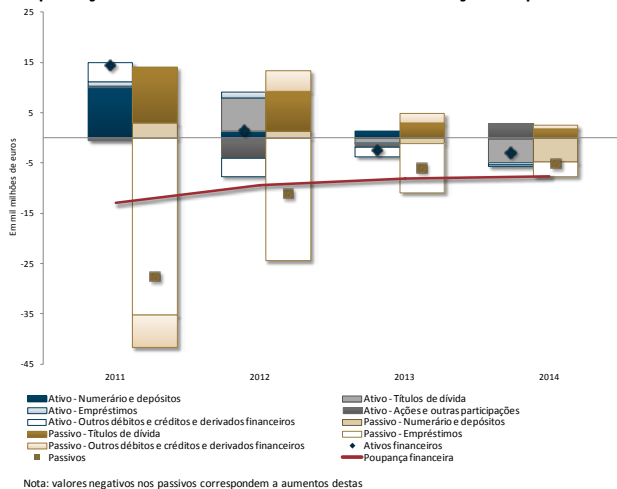


Poupança financeira³ das administrações públicas: -4.5 por cento do PIB

Em 2014, a necessidade de financiamento das administrações públicas diminuiu face ao ano anterior, situando-se a poupança financeira em -4.5 por cento do PIB (-7.7 mil milhões de euros), o que compara com -4.8 por cento do PIB em 2013 (-8.2 mil milhões de euros) (Gráfico 5).

Gráfico 5

Poupança financeira das administrações públicas



O financiamento do défice foi assegurado, principalmente, pelo aumento dos passivos (5.0 mil milhões de euros), devido, em grande medida, ao aumento do numerário e depósitos (4.8 mil milhões de euros) e à obtenção de empréstimos (2.8 mil milhões de euros). O aumento dos passivos em numerário e depósitos e em empréstimos foi parcialmente compensado pela redução em títulos de dívida pública emitida (-1.8 mil milhões de euros).

Em 2014, observou-se também uma redução dos ativos financeiros em 2.7 mil milhões de euros. Esta redução verificou-se, essencialmente, nos instrumentos financeiros dos títulos de dívida (-4.7 mil milhões de euros), nomeadamente devido à amortização de instrumentos de capital contingente (-3.3 mil milhões de euros), bem como da redução dos títulos emitidos por entidades não residentes em carteira dos Fundos da Segurança Social (-1.3 mil milhões de euros). Estas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento de 2.9 mil milhões de euros em ações e outras participações, justificado pela subscrição do Fundo de Resolução de ações do Novo Banco⁴ (+4.9 mil

milhões de euros) e pela venda de participações no âmbito de operações de privatização (-1.7 mil milhões de euros).

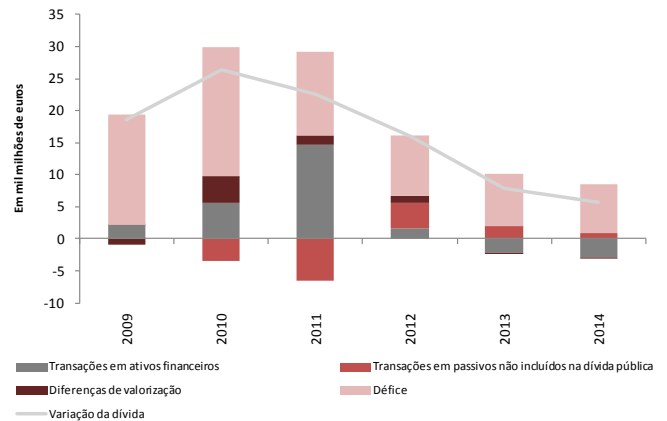
Ajustamento défice-dívida: -1.3 por cento do PIB

Em 2014, o aumento da dívida pública foi de 5.6 mil milhões de euros. Este valor foi inferior ao défice (7.7 mil milhões de euros), resultando num ajustamento défice-dívida de -2.1 mil milhões de euros (Gráfico 6).

O défice de 7.7 mil milhões de euros não se traduziu num aumento semelhante da dívida pública uma vez que uma parte foi financiada por via da alienação de ativos financeiros (-2.7 mil milhões de euros), o que foi parcialmente compensado por necessidades de financiamento adicionais geradas pela amortização de passivos não incluídos na dívida pública (0.8 mil milhões de euros).

Gráfico 6

Ajustamento défice-dívida



³ Corresponde à capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento, ou seja, a diferença entre as transações de ativos e passivos financeiros. Uma diferença positiva entre os dois agregados corresponde a capacidade de financiamento ou superávit. Uma diferença negativa corresponde a necessidade de financiamento ou défice.

⁴ O registo, nas contas nacionais, da subscrição do capital do Novo Banco pelo Fundo de Resolução é ainda provisório. Deste modo, esta operação não teve qualquer impacto no saldo global das Administrações Públicas, sendo registada a operação financeira correspondente.